

Americanas deve R\$ 43 bilhões e entra em recuperação judicial

Varejo Balanço em xeque

Com dívida de R\$ 43 bi, Americanas entra em recuperação judicial

Pedido na Justiça é o quarto maior da história do País; empresa diz que iniciativa é necessária para preservar caixa após investida de bancos que pediam bloqueio de valores

RIO SÃO PAULO

Em maio de 1929, a Lojas Americanas fez sua inauguração no Rio com uma propaganda voltada as "senhoras chiques" que poderia comprar meias importadas e louças finas por preço máximo de dois mil réis. Ontem, quase 94 anos depois, quando teve seu pedido de recuperação judicial aceito pela Justiça, o valor daquela época conseguiria comprar 246 ações da rede varejista. A companhia reconheceu ter uma dívida de R\$ 43 bilhões com cerca de 16,3 mil credores.

Segundo a empresa, a medida foi necessária para "reduzir o impacto" da divulgação, em 11 de janeiro, de que a empresa havia encontrado "inconsistências" contábeis. Na data, Sergio Rial, seu então presidente, deixou o cargo dez dias após assumir-lo e anunciou um rombo no caixa de R\$ 20 bilhões.

No pedido de recuperação feito na 4ª Vara Empresarial do Rio, a Americanas diz ter perdido "quase 80% do valor de mercado" em menos de uma semana. Ontem, suas ações fecharam a R\$ 1 - no dia anterior à divulgação do rombo, eram cotadas acima de R\$ 12. A varejista pediu um prazo de 48 horas para apresentar a lista com todos os credores.

O pedido é o quarto maior da história no País em relação ao valor da dívida. Fica atrás apenas de Odebrecht (R\$ 89 bi-

lhões), Oi (R\$ 65 bilhões) e Sarrao (R\$ 55 bilhões).

A recuperação judicial é um instrumento jurídico que procura garantir a sustentabilidade financeira da empresa e ajudar também fornecedores, trabalhadores, clientes e Estado.

A empresa afirmou que continuará operando normalmente dentro das novas regras. Ela destacou a criação de um comitê independente e a contratação do banco Rothschild para apurar "eventuais irregularidades" em suas operações. Com o pedido aceito pela Justiça, a companhia tem até 60 dias para definir os meios de recuperação a serem adotados, sua viabilidade econômico-financeira e o laudo de avaliação dos bens do grupo.

Em sua decisão, o juiz Paulo Assed Estefan disse que o caso se trata de "uma das maiores e mais relevantes recuperações judiciais ajuizadas até o momento no País". "Não só por conta do seu passivo, mas por toda a repercussão de mercado, pelo aspecto social envolvido, dado o vultoso número de credores, de empregados diretos e indiretos, bem como o relevante volume de riqueza e tributos gerados", disse. Segundo ele, uma eventual falência da empresa "poderia acarretar o colapso da cadeia de produção do Brasil."

O juiz afirmou ainda que o processo de recuperação não deve se confundir com as "alegações de fraude e má-fé" contra os gestores, mas proteger a ati-

vidade econômica da empresa. Ele escolheu como administradores judiciais da ação os advogados Bruno Rezende e Sergio Zweiter. O administrador é uma espécie de assessor do magistrado nesses processos e busca entender a situação fiscal da empresa, além de listar todos os seus credores.

**CARIOCA.** A Americanas foi inaugurada em 1929 inspirada nas lojas de cinco e dez centavos que fizeram sucesso no início do século 20 nos Estados Unidos e em países da Europa. Um navio aportou no Rio com quatro americanos que tinham a ideia de abrir uma loja do tipo "pegue a mercadoria e pague no caixa" em Buenos Aires. Ficaram na cidade durante o Carnaval e resolveram ficar no Brasil.

A Americanas tem 3,6 mil lojas, cerca de 50 milhões de clientes e gera aproximadamente 100 mil empregos diretos e indiretos, segundo a empresa. Até o ano passado, o grupo tinha mais de 140 mil investidores pessoa física na Bolsa. Em razão da recuperação judicial, a varejista terá seus títulos excluídos de todos os índices, incluindo o Ibovespa. A supressão está prevista para acontecer hoje, após o encerramento do pregão regular.

**LIQUIDEZ.** Ao comentar o pedido de recuperação, a Americanas disse, em nota, que seus acionistas de referência, o trio Jorge Paulo Lemann, Marcel

**Queda livre**

80% foi quanto a empresa perdeu em valor de mercado em menos de uma semana

R\$ 1 foi o valor negociado pelas ações da companhia na Bolsa ontem. Os papéis já valeram R\$ 12

R\$ 89 bilhões é o valor do maior pedido de recuperação judicial do País, da Odebrecht

processo. Isso significa que eles terão de esperar. Estima-se que a dívida da companhia só com as instituições financeiras seja de cerca de R\$ 18,5 bilhões. Após o anúncio do rombo no caixa, bancos declararam o vencimento antecipado de dívidas e, para liquidá-las recorreram a depósitos que a empresa tinha.

Ainda ontem, a defesa da Americanas solicitou que os bancos fossem obrigados a devolver recursos bloqueados. No pedido, a empresa alegava que possuía apenas R\$ 250 milhões em caixa para honrar os pagamentos. Um dia antes, o valor era de R\$ 800 milhões. Antes do anúncio do rombo, era de cerca de R\$ 8 bilhões.

A Justiça aceitou o pedido e determinou a devolução em até seis horas dos valores retidos pelos bancos, sob pena de multa de até 10% do valor. A decisão, porém, não vale para o BTG, o único que obteve decisão judicial favorável para reter recursos.

**CVM.** Ainda ontem, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu um novo processo administrativo para apurar os eventos relacionados à Americanas e à auditoria PwC, após denúncia da Associação Brasileira de Investidores (Abradin). Já é o quinto procedimento instaurado sobre o caso. ● MARCELA VILLAR, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, TALITA NASCIMENTO, MATHEUS PIOVESANA, ELISA CALMON, GABRIEL BALDOCCHI e JULIANA GARCÓN

Telles e Beto Sicupira, pretendem desembolsar valores não especificados para permitir o "bom funcionamento de sua operação". O objetivo é manter empregos, pagamento de impostos e a "boa relação com seus fornecedores e credores e investidores", segundo a nota.

Os acionistas já haviam divulgado a intenção de injetar R\$ 6 bilhões, mas o valor foi considerado baixo. O mercado prevê a necessidade de até R\$ 15 bilhões. Na nota, a Americanas pediu o engajamento dos colaboradores e "principalmente dos fornecedores" com quem diz ter relações históricas.

**BANCOS.** Com a recuperação judicial, as negociações da companhia com os bancos credores foram paralisadas e só poderão continuar no âmbito do

Visão do consumidor

Rotina mantida e preços mais altos nas lojas

LUIS FILIPE SANTOS

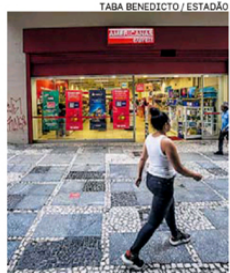
A situação das Lojas Americanas tem dominado o noticiário econômico desde a semana passada: "inconsistência contábil" de R\$ 20 bilhões, renúncia de executivos, impasse com fornecedores e bancos credores e, ontem, o pedido de recuperação judicial aceito pela Justiça

do Rio de Janeiro. Tudo isso, porém, parece não ter sido suficiente para alterar a rotina em algumas lojas da rede visitadas pelo Estadão em São Paulo, com clientes à procura principalmente de itens alimentícios. Além desses produtos, as lojas já contavam com material escolar em exposição, de olho na volta às aulas.

"Fiquei sabendo outro dia (dos problemas da varejista),

mas bem por cima. Eu não venho muito, é a primeira vez desde que saíram as notícias e, para mim, continua igual. A movimentação da última vez que estive aqui foi maior, mas acho que é porque era fim de ano, antes do Natal", contou a manicure Andreia de Jesus, que fazia compras ontem à tarde em unidade da Americanas na Alameda Santos.

A percepção de que não existiam grandes mudanças foi endossada por outros clientes. "Venho aqui sempre, estava sabendo de tudo isso e, mesmo assim, não notei grandes diferenças. Alguns preços estão até mais altos do que nos outros lugares", comentou a aposentada



Ponto de venda da rede em SP: tudo normal, dizem empregados

Maria Luísa Silva Ferreira, que estava em uma loja da rede na Avenida Paulista.

Entre os funcionários, a

maioria se recusou a falar. Dois deles, que pediram para não ser identificados, afirmaram que não haviam recebido nenhum comunicado oficial da direção e que a reposição e retirada de mercadorias não sofreu alteração depois que o rombo veio a público, na semana passada.

O Estadão entrou em contato com a assessoria da empresa e questionou se haveria mudanças que poderiam afetar o cotidiano das lojas, como a realização de promoções, corte de pessoal ou a redução do número de pontos de venda. Não houve resposta até a conclusão desta edição. ●

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 8 e 9